



Ofício nº. 021/2019 – OSM/OP

Maringá, 07 de fevereiro de 2019.

Excelentíssimo Sr. Prefeito Ulisses Maia,

A SER/Observatório Social de Maringá – OSM, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 06.161.227/0001-03, associação civil sem fins econômicos e sem vinculação político-partidária, que tem por missão promover maior participação da Sociedade no Controle da Gestão Pública, visando o acompanhamento dos gastos públicos, prerrogativa prevista no artigo 5.º, incisos XXXIII e XXXIV da Constituição Federal, de acordo com a Lei Federal n.º 12.527/2011 (LAI), art. 10, e com a Lei Orgânica do Município, art. 10, incisos IV e V, representada neste ato por sua Presidente, que ao final subscreve, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria **expor** e **solicitar** o que segue:

Na edição de 04 de fevereiro (segunda-feira) do telejornal “**Meio-Dia Paraná**”, exibido pela emissora **RPC Maringá**, foi veiculada uma entrevista realizada pela repórter Alana Gazoli com a Secretária da Educação do município de Maringá, senhora *Valkíria Trindade*, a respeito do início do ano letivo e das matrículas nas escolas da rede municipal. A entrevista tratou com maior atenção sobre as **matrículas nos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEI’s para crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos**.

A este respeito, a Secretária afirmou na entrevista que o município de Maringá teria contratado, no ano passado, aproximadamente **400 (quatrocentos) novos profissionais para atuarem na educação infantil de 0 a 03 anos**, e que com estas contratações o município conseguiu abrir **2.000 novas vagas**, sendo que os pais seriam convocados para a matrícula ainda nesta semana. Logo depois, porém, a Secretária afirma que o município pretende atender **3.000 crianças** na rede pública com estas novas contratações.

Anunciou, ainda, que o município decidiu atender à demanda de pais que solicitavam atendimento de apenas meio período nos CMEI’s, afirmando, contudo, que continuavam sendo abertas vagas para as famílias que necessitam de atendimento em período integral. Segundo a Secretária, 06 unidades no



município já ofereciam algumas vagas em meio período, e agora seriam abertas mais 14 turmas.

Diante destas afirmações, questionamos:

- 1) Considerando que na entrevista a Secretária Valkíria apresentou números divergentes quanto às novas vagas abertas na rede pública, pois num primeiro momento afirma que foram abertas 2.000 vagas e posteriormente passa a falar em 3.000 vagas, **qual é o número correto de vagas abertas na rede pública em razão das novas contratações?**
- 2) Das vagas abertas, **quantas realmente são em período integral e quantas em meio período?**
- 3) Na lista de espera por vagas, **quantas das 5.547 crianças demandam atendimento em meio período? E período integral?**
- 4) **Quantos servidores foram contratados para essa demanda**, e qual a quantidade por categoria (educador infantil, auxiliar educacional, auxiliar operacional ou outras)?
- 5) Em **quais escolas** estes novos servidores serão lotados?
- 6) **Quantos servidores** serão designados para cada uma destas escolas?
- 7) **Quantas salas** serão ativadas em cada CMEI?
- 8) Cada sala ativada comportará **quantas crianças?**
- 9) Em cada escola, **quantas salas ativadas serão destinadas para cada série (Infantil I, Infantil II e Infantil III)?**
- 10) Quantos e quais CMEI's **oferecerão atendimento em meio período?** Quantas vagas serão disponibilizadas em cada um?
- 11) Acerca dos **novos servidores contratados**, solicitamos que sejam enviados ao OSM relatórios contendo as seguintes informações:
 - a) Nome completo;
 - b) Matrícula;
 - c) Cargo;
 - d) Formação;
 - e) Identificação do concurso no qual foi aprovado.



A entrevista tratou, ainda, da **aquisição de vagas em creches da rede privada pela PMM**. A Secretária afirma que o município tem a expectativa de que as creches privadas ofertem as **2.000 vagas** que o município pretende adquirir, e que **até o dia 10 de março a SEDUC consiga alocar 5.000 crianças que aguardam na lista de espera, sendo 3.000 na rede pública e 2.000 na rede privada**. Desta forma, a lista de espera que hoje é de 5.547 crianças seria praticamente zerada.

A reunião do credenciamento (Inexigibilidade 002/2019) ocorreu na data de 05 de fevereiro de 2018, com a participação de **08 escolas**. Contudo, **apenas 04 delas foram habilitadas**. Considerando tais fatos:

- 1) Qual foi a **quantidade de vagas ofertada por cada uma das escolas** habilitadas?
- 2) Que o edital exigia que a escola ficasse numa distância de até 2km da residência da criança, o número de **quatro escolas será suficiente** para atender ao critério estabelecido?
- 3) Pode acontecer da **família não conseguir usufruir da vaga por conta da distância entre escola e residência da criança?**
- 4) **Solicitamos** que o OSM seja avisado acerca das **datas e horários** em que serão realizadas as **visitas in loco** nas instituições, a fim de acompanhar as diligências.

Certos de que estamos colaborando com um País mais justo e consciente dos deveres do Estado para com seus cidadãos, colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários, destacando-se que o prazo para resposta é de até 20 (vinte) dias, nos termos do Art. 11 da Lei n. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

Atenciosamente,

Giuliana Pinheiro Lenza
Presidente OSM